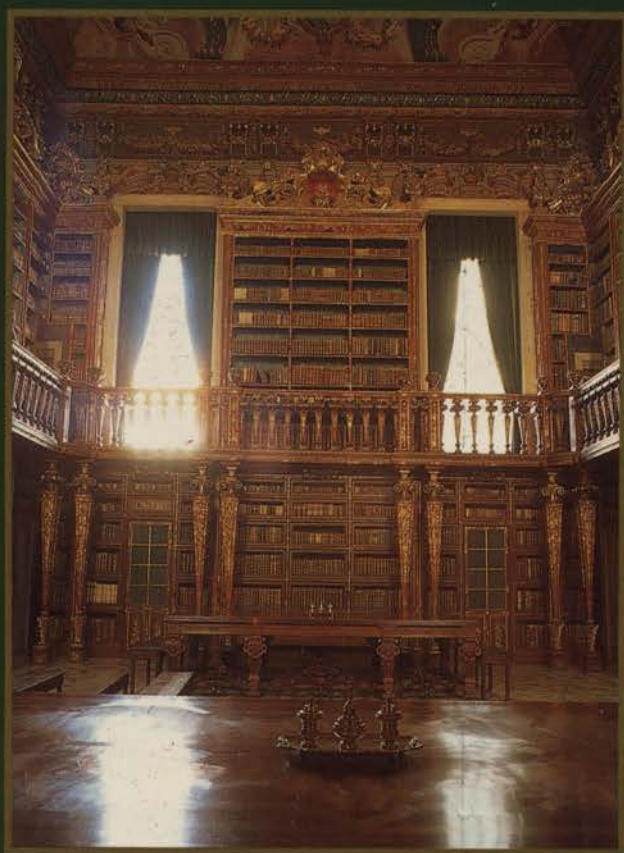


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 12

UNIVERSIDADE



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1990

panhol, ou na senda do que René Rémond tem feito em França (4) e Guido Verucci em Itália — para citar apenas alguns exemplos —, cremos que, entre nós, se pode caminhar, igualmente, no sentido do desenvolvimento de uma história político-eclesiástica sobre o período liberal. Porém, para atingir essa finalidade, o historiador deve abrir, obviamente, os seus horizontes à interdisciplinaridade colhendo a influência benéfica das conquistas epistemológicas de outras ciências sociais e, designadamente, da Ciência Política.

Vítor Neto

Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educativa, 1990, 492 pp.

Neste ano do 7.º centenário têm aparecido algumas obras e artigos sobre História da Universidade. Não analisarei aquelas que foram publicadas por membros da redacção desta Revista, ou de que foram coordenadores, porque é sua norma não publicar resenhas sobre os estudos a que se encontram ligados. No entanto, não deixarei de salientar a importância das actas do congresso de «História da Universidade», em 5 volumes, intitulados *Universidade(s). História, memória, perspectivas*, que contêm 133 artigos. Também não devo omitir, apesar do que ficou dito, o trabalho de edição de documentos ou de reedição de obras clássicas (como a de António de Vasconcelos), promovido pelo Arquivo da Universidade e pelo seu director, Prof. Manuel Augusto Rodrigues, nem devo esquecer a «edição de luxo» da sua autoria, *A Universidade de Coimbra e os seus reitores* (Coimbra, Arquivo da Universidade, 1990), que vem actualizar e completar uma obra idêntica surgida em 1950, de Francisco Morais, *Reitores da Universidade de Coimbra. Notas biográficas e retratos*.

Por outro lado, também devo aqui salientar o significado da publicação recente de uma obra, cuja edição esteve a cargo do Prof. Aníbal Pinto de Castro e que foi integrada nos *Acta Universitatis Conimbricensis*, agora com o subtítulo *Septingentesimo Natali Edita*. Trata-se do livro *D. Lopo de Almeida e a Universidade*, da autoria do Prof. Mário Brandão, felizmente ainda vivo com cerca de 90 anos e que foi um dos autores de uma das raras histórias da Universidade, conjuntamente com o Prof. Manuel Lopes de Almeida — *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*, publicada em 1937, ano do 4.º centenário da transferência da Universidade para Coimbra.

(4) Veja-se, por exemplo, René Rémond (direcção), *Pour une Histoire Politique*, Paris, Éditions du Seuil, 1988.

No contexto do 7.º centenário, foi também publicada a obra do Prof. Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República*, que agora brevemente se analisa.

Joaquim Ferreira Gomes, professor desde há muito da cadeira de História da Educação, é, sem dúvida, actualmente, o investigador mais fecundo sobre história da Universidade. Depois de outras obras recentemente publicadas sobre o tema — referidas noutros números desta revista em recensões críticas e notas de leitura — surgiu o livro que aqui apreciamos e, pouco tempo depois, mais outra selecção de artigos, que intitulou *Estudos para a História da Universidade de Coimbra* (Coimbra, 1991).

Embora corra o risco de ser injusto, direi que *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República* é o livro de autor mais importante dos que foram publicados durante este 7.º centenário. E com isto — atenção — não pretendo dizer que constitui uma grande obra de história sobre a Universidade.

Vou procurar, muito brevemente, esclarecer nesta breve nota a minha opinião aparentemente contraditória, dando, ao mesmo tempo, a conhecer alguns elementos sobre o seu conteúdo.

A história da Universidade no período republicano era até ao momento quase desconhecida, inclusivamente porque as grandes sínteses, a de Teófilo Braga e a de Mário Brandão e Lopes de Almeida não a abordaram, a primeira por manifesta impossibilidade cronológica, dado que a *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública portuguesa* acabou de ser publicada em 1902, e a segunda porque os dois professores de Coimbra intencionalmente não chegaram aí (o «medo da história contemporânea» fazia parte da metodologia e da psicologia dos historiadores de então). Nesta medida, analisar a história da Universidade durante a Primeira República seria sempre um facto historiográfico assinalável.

Mas Ferreira Gomes não o faz na base de um raciocínio meramente «ensaístico», sem o conhecimento das fontes e expendendo meras interpretações teóricas sobre o tema, como, relativamente a outras áreas, fizeram alguns historiadores ou pseudo-historiadores. Analisou-o através de uma leitura sistemática de (algumas) fontes, revelando assim — aliás como sempre — a sua probidade de investigador. Daí que a obra de J. Ferreira Gomes valha muito, quer pela temática abordada, quer pela pesquisa realizada, que nos dá a conhecer *pari passu* — se tivermos paciência para a consultar na totalidade, pois não é de fácil leitura — elementos fundamentais sobre a Universidade neste período conturbado da sociedade portuguesa.

Assim, o autor começa por analisar a Universidade em 1910, antes da proclamação da República, chamando particularmente a aten-

ção para a reforma de 1907 (cap. I). Depois, num bom capítulo de síntese, revela-nos toda a série de acontecimentos que resultaram do impacto da proclamação da República (cap. II). A seguir fala-nos da importante reforma de 1911 (cap. III). Termina com um longo capítulo em que escreve uma espécie de «anais» ou «anuário» da Universidade, desde 1911-12 até 1925-26, altura em que se deu a «Revolução Nacional» do 28 de Maio. Extenso capítulo este, com quase 300 páginas, sem qualquer subtítulo, o que desorienta qualquer leitor... Uma excelente bibliografia, constituída sobretudo por fontes, completa este texto, que termina com um Índice Onomástico, bem organizado, como o sabe fazer o Dr. Joaquim Tomás Miguel Pereira, seu autor. Pena foi, já agora, que não tivesse sido elaborado um Índice Ideográfico, de particular interesse num livro deste tipo.

Mas Joaquim Ferreira Gomes teima em não querer ser um *historiador*. Ele próprio tem-no dito dúzias de vezes. E aqui volta a afirmá-lo, ainda que de outra forma, que passo a transcrever: «Embora fruto de longa e meticulosa investigação, o presente livro tem muito de crónica. Ele constitui, no entanto, sem dúvida alguma, um bom 'fio condutor' para quem se propuser a aprofundar o tema e escrever a História da Universidade de Coimbra durante a Primeira República. Porque tenho consciência dos limites deste meu trabalho, dei-lhe o subtítulo de *Alguns Apontamentos*».

Na verdade, se me é permitido dizê-lo, o defeito de Ferreira Gomes consiste em *não querer fazer história*, ou melhor, em não cumprir uma das importantes tarefas que compete ao historiador. Se, na verdade, realiza uma importante pesquisa e leitura de fontes, não quer «sintetizar», conceptualizando. Ainda que, como se disse, os primeiros capítulos tenham ainda esse sentido, o último e principal assume — como nos diz — a forma de uma «crónica», de uma colagem de documentos, de uma «história de cola e tesoura» (como diria Collingwood).

E, no entanto, se não integra os problemas da Universidade das primeiras três décadas do século XX no contexto da realidade internacional, se não encara a questão da «destruição da Universidade» ou das suas «tradições» num longo processo que se desenvolve desde a Revolução Francesa, com a Convenção, e se retoma nos anos 60-70 (se não no fim dos anos 40) com o processo de afirmação das ideias republicanas e socialistas, em oposição a um certo revivalismo conservador, aborda com particular acuidade, embora de forma incompleta, as questões complexas da autonomia ou o processo de laicização da Universidade, que tem em Fernando Catroga um dos seus mais esclarecidos estudiosos. O calcanhar de Aquiles de Ferreira Gomes consiste, pois, em abordar com excessiva pressa — sem medir a complexidade das situações — as várias questões da Universidade e

da Sociedade. E de tal modo isso é evidente que chega por vezes a formular juízos éticos ou corporativos relativamente a determinados casos (por exemplo a suspensão dos lentes de Direito ou a desanexação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ocorridos em 1919), sem, no entanto, procurar explicá-los através de análises profundas e polifacetadas.

Mas — como tenho dito — não é justo ser demasiado crítico em relação a obras como esta, que se assume como «Alguns Apontamentos». De qualquer forma — insistimos — é pena que J. Ferreira Gomes não tenha feito deste livro uma grande obra historiográfica. Bastaria para isso completar a pesquisa fundamental que foi realizada com algumas investigações complementares (por exemplo a leitura dos vários jornais académicos, dado que parece só quase ter-se limitado à consulta do *O Imparcial*, pertencente ao Movimento Católico do C.A.D.C.), bastaria fazer cortes sistemáticos de análise sobre temas específicos (as relações entre a Universidade e o Poder, o problema da autonomia, as posições de estudantes e mestres relativamente ao governo e às ideias e políticas republicanas, em atitudes de apoio ou de confronto, o sentido das reformas no contexto das grandes posições internacionais sobre a questão da «Instituição Pública»), bastaria criar uma forma de comunicação mais desembaraçada e menos académica e procurar interpretar as realidades afastando de vez o tom narrativo e transcrito, onde por vezes se surpreendem juízos de «história tribunal»...

Todavia, a obra de Ferreira Gomes é um marco na historiografia da Universidade do período republicano neste ano do Centenário. Não mais se poderá passar sem ela...

Luís Reis Torgal

Sérgio Campos Matos, *História, mitologia, imaginário nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, 254 pp.

A história da história, o ensino da história, a memória histórica, a história e a ideologia têm sido temáticas muito em voga, objecto de reflexão de figuras da historiografia europeia. Nomes como os de Marc Ferro, Carbonell e Suzanne Citron em França, ou entre nós de Reis Torgal (*História e Ideologia*) e Filomena Mónica (*Educação no Portugal salazarista*) têm dedicado particular atenção a esta problemática que procura desvendar o sentido profundo do discurso pedagógico e mais concretamente do ensino da história.

Muito se tem escrito sobre a crise do ensino, sobre o estatismo da escola, sobre a arquitectura dos currículos, sobre os saberes tão di-